

BRIGA PELOS ROYALTIES

Lucro do minério pode ser dividido

O ministro do Supremo Gilmar Mendes afirmou que a nova divisão dos royalties pode abrir precedentes para rateio de outras riquezas

Joyce Merigueti
Raphaella Ribas

Em visita ao Espírito Santo, ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou que a partilha dos royalties de petróleo pode abrir precedentes sobre a divisão de outras riquezas do País, como minério e energia.

Ele, que esteve reunido com o governador Renato Casagrande, é da opinião de que a União assuma o papel de coordenação do processo de distribuição das riquezas de produção do "ouro negro".

"Sabemos que a briga não é contra os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. O problema é que o cobertor federativo talvez tenha se tornado curto, e a visibilidade que se tem é exatamente nessa receita que vem dos royalties", apontou Mendes.

O ministro do STF disse ainda que é importante haver uma reorganização do debate.

"Este é um momento tormentoso, mas pode ser um momento virtuoso se houver coordenação, se conseguirmos desenhar um novo modelo de financiamento da federação", ponderou.

Mendes não quis se posicionar sobre a nova divisão dos royalties de petróleo apresentada pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), aprovada nesta semana, mas disse que torce para que as divergências sejam resolvidas na esfera política, e não cheguem ao Supremo.

"Os estados recorrerem à Justiça é legítimo, mas é melhor que se consiga um consenso político. Esta é a minha torcida", declarou.

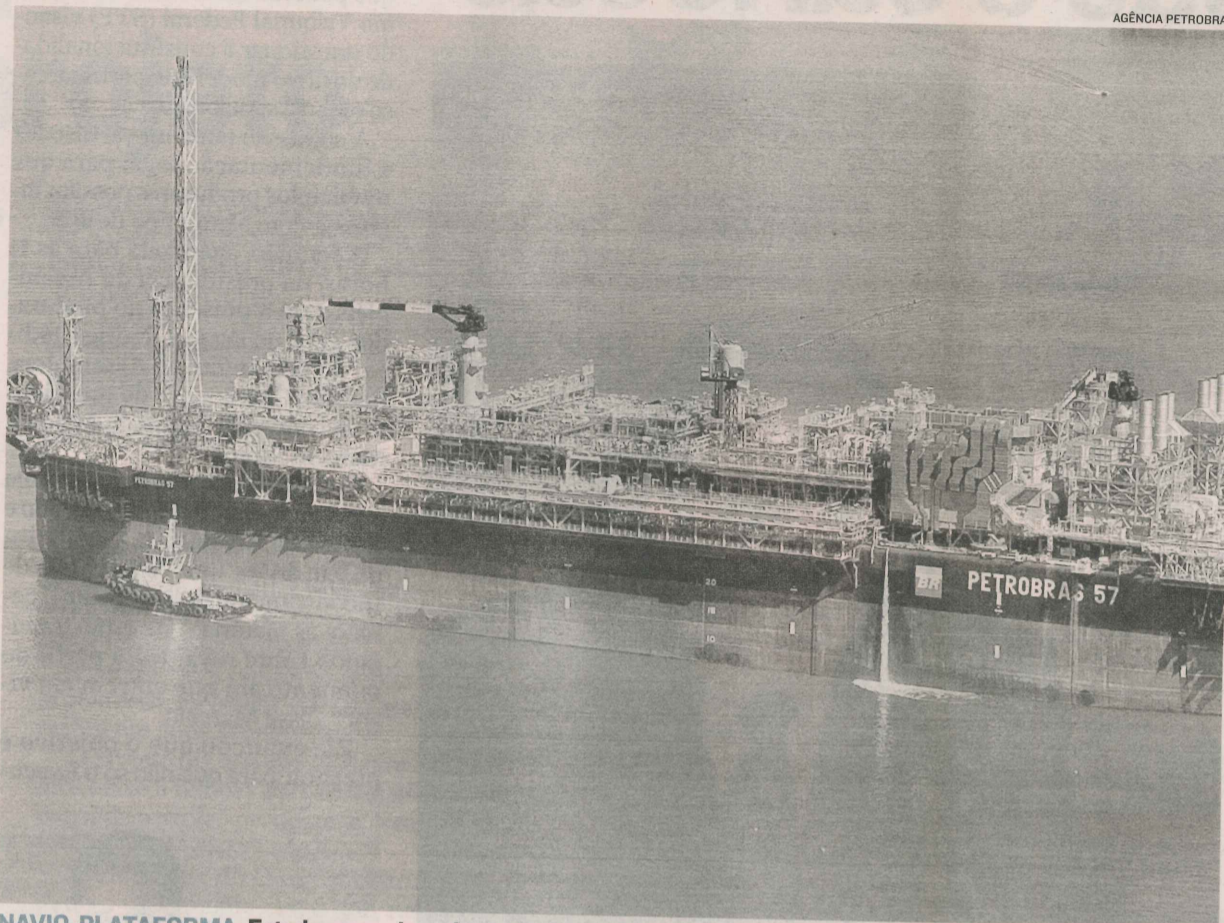
O magistrado destacou outras questões que estão em discussão e que são decisivas para o País.

Ele lembrou que, antes do debate mais intenso sobre os royalties, o Supremo já havia considerado inconstitucional o critério adotado na Lei de 89, sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE) atual.

"Nós recentemente declaramos a inconstitucionalidade no modelo de FPE e preconizamos que o Congresso vote um novo projeto de lei, fazendo os ajustes recomendados pelo Supremo, e esta é uma discussão que tem de terminar até dezembro do ano que vem", disse.

E complementou: "Outro debate que vem sendo feito é sobre a dívida dos estados, a guerra fiscal."

Mendes frisou que é possível reverter o quadro. "Estamos vivendo um momento de certo desconforto federativo, mas, se juntarmos todas as questões em debate, talvez a gente consiga rearrumar a Federação para os próximos anos", disse.



NAVIO-PLATAFORMA: Estado corre risco de perder parte da compensação financeira para produção de petróleo

União teria de ceder apenas 2% a mais, diz deputado

Se a presidente Dilma Rousseff aceitasse ceder cerca de 2% a mais com a arrecadação dos royalties do que propôs antes aos estados produtores e não produtores, o Espírito Santo poderia fechar o acordo.

Foi o que disse o deputado federal Lelo Coimbra (PMDB-ES):

"Queremos que a Dilma honre com as negociações feitas no final do ano passado com o ex-presidente Lula, na sua presença, vetando o que não estiver em conformidade com o combinado, e que abra mão de 2% a mais do que a União propôs ceder para o acordo da partilha dos royalties."

Lelo Coimbra afirmou também que será árduo o enfrentamento para que o projeto do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) — aprovado nesta semana no Senado — não ganhe adesão na Câmara.

"Sabemos que do ponto de vista da maioria não somos vitoriosos, mas precisamos criar todo o constrangimento possível para que o governo federal assuma os compromissos feitos anteriormente", defendeu o parlamentar.

Ele comentou a administração dos royalties atual. "O Brasil é o único país com menor taxação das empresas de petróleo e único que tem maior concentração nas mãos da União", criticou.

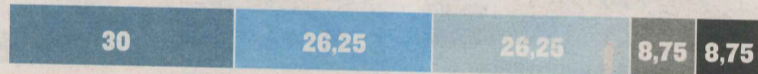
A deputada Rose de Freitas acredita que a batalha dos royalties será longa, mas que a votação na Câmara do projeto de divisão dos royalties apresentado por Rêgo não terá adesão massiva dos líderes dos estados não produtores.

"Não vamos ficar parados, estamos nos mobilizando e, na próxima segunda-feira, vamos nos reunir para traçar as diretrizes das ações", afirmou.

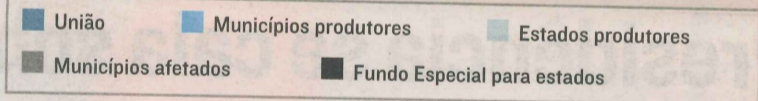
Entenda a divisão

Novas regras prejudicam o Espírito Santo

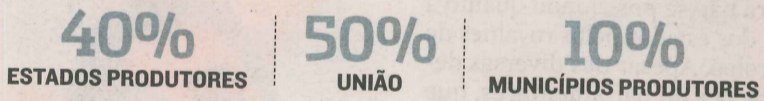
Regra atual da partilha (%)



LEGENDA



PARTICIPAÇÃO ESPECIAL



O que são

Royalties

> SÃO UMA COMPENSAÇÃO financeira devida aos estados, municípios e à União pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural na exploração dessa riqueza.

Participação Especial (PE)

> É UMA COMPENSAÇÃO financeira extraordinária devida pelos concessionários de produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção de petróleo ou rentabilidade.

Com a nova proposta do senador Vital do Rêgo Filho (PMDB - PB):

| | PARTICIPAÇÃO ESPECIAL | | | ROYALTIES | | |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------|------|------|-----------|------|------|
| | HOJE | 2012 | 2020 | HOJE | 2012 | 2019 |
| UNIÃO | 50% | 42% | 46% | 30% | 20% | 20% |
| ESTADOS PRODUTORES | 40% | 34% | 20% | 26,5% | 20% | 20% |
| MUNICÍPIOS PRODUTORES | 10% | 5% | 4% | 26,5% | 17% | 4% |
| MUNICÍPIOS AFETADOS | - | - | - | 8,75% | 3% | 2% |
| FUNDO ESPECIAL QUE BENEFICIA ESTADOS E MUNICÍPIOS NÃO PRODUTORES | - | 19% | 30% | 8,75% | 40% | 54% |

SIMULAÇÃO DE PERDAS DO ESTADO SOMANDO ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL (R\$)

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--------------------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| REGRAS ATUAIS | | | | | |
| Estado | 1,01 bilhão | 1,26 bilhão | 1,42 bilhão | 1,57 bilhão | 1,57 bilhão |
| Municípios | 693 milhões | 864 milhões | 973 milhões | 1,08 bilhão | 1,08 bilhão |
| Total | 1,70 bilhão | 2,12 bilhões | 2,39 bilhões | 2,66 bilhões | 2,66 bilhões |
| REGRAS APROVADAS SENADO | | | | | |
| Estado | 816 milhões | 1,01 bilhão | 1,10 bilhão | 1,17 bilhão | 1,11 bilhão |
| Municípios | 482 milhões | 586 milhões | 606 milhões | 613 milhões | 561 milhões |
| Total | 1,29 bilhão | 1,60 bilhão | 1,71 bilhão | 1,78 bilhão | 1,67 bilhão |
| PREJUÍZO | | | | | |
| Estado | 198 milhões | 247 milhões | 312 milhões | 404 milhões | 462 milhões |
| Municípios | 211 milhões | 278 milhões | 367 milhões | 469 milhões | 525 milhões |
| Total | 409 milhões | 525 milhões | 679 milhões | 874 milhões | 987 milhões |



LELO COIMBRA: mobilização

Economia

BRIGA PELOS ROYALTIES

Paulistas vão ajudar capixabas e cariocas

Em conversa com Renato Casagrande, o governador Alckmin, de São Paulo, prometeu apoio à causa do Estado na batalha

Em conversa com o governador Renato Casagrande, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, demonstrou oficialmente seu apoio ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro na luta pelos royalties do petróleo.

Ele se comprometeu a mobilizar a bancada paulista e as principais lideranças de seu partido — o PSDB — na Câmara federal.

Casagrande disse que a ajuda é bem-vinda, especialmente neste momento, já que a Câmara está para votar nas próximas semanas o projeto de lei que prevê mudanças na distribuição dos recursos.

O projeto é do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e foi aprovado no Senado na última quarta-feira.

A medida significa uma perda de R\$ 409 milhões apenas neste ano e de R\$ 3,5 bilhões até 2015.

“Eu tive uma boa conversa com Alckmin, e ele vai entrar conosco na briga. Disse que vai mobilizar a bancada do estado dele para nos ajudar na Câmara”, afirmou o governador Casagrande.

NÚMEROS

O Espírito Santo conta com 10 deputados na Câmara em Brasília. Já o Rio de Janeiro tem 46.

Com São Paulo, que tem 70 representantes na Casa, o número de deputados que podem votar contra o projeto é de 126 — levando-se em consideração a hipótese de todos votarem no mesmo sentido.

O número de deputados na Câmara é de 513, e para que a proposta seja rejeitada são necessários 257 votos — ou seja, os 126 deputados precisam convencer mais 131 para que o projeto seja derrubado.

“Para nós, é importante o apoio do governador de São Paulo, pois, mesmo que não sejam todos os deputados a votar a nosso favor, a posição dele (Alckmin) já nos fortalece no plenário da Câmara dos Deputados e fortalece a negociação



RODRIGO GAVINI - 20/10/2011

CASAGRANDE disse que a ajuda do governo de São Paulo é bem-vinda

“(Alckmin) disse que vai mobilizar a bancada do estado dele para nos ajudar na Câmara federal”

Governador Renato Casagrande

com os parlamentares”, explicou.

Casagrande em breve deve se reunir com a presidente Dilma Rousseff para discutir o assunto.

Na segunda-feira, ele tem um encontro marcado com secretários e a bancada capixaba para definir as estratégias na briga pelos royalties. O governador já avisou que, se o projeto passar pela Câmara e Dilma sancionar, vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Reunião para decidir ação na Justiça contra União

A Comissão Especial de Petróleo, Gás e Energia da Assembleia Legislativa se reúne na próxima segunda-feira para avaliar ações que poderão ser levadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) visando questionar a constitucionalidade do novo modelo de partilha, caso ele seja sancionado.

A comissão também vai discutir a fundamentação legal para que municípios produtores possam ingressar com algum tipo de ação.

A reunião, agendada para as 11 horas, na presidência da Assembleia, terá a presença do procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice; do presidente da Assembleia, Rodrigo Chamoun; e do presidente da comissão, deputado estadual Marcelo Santos.

“A Constituição Federal estipula que somente o governo do estado e a mesa da Assembleia Legislativa podem arguir uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), perante as matérias que estão tramitando sobre royalties, a partir do momento em que entrem em vigor”, disse Marcelo.

Ele explicou que o objetivo é preparar para que não só o Execu-

tivo, mas também a Assembleia, tenha subsídios para recorrer à Justiça, se necessário.

Marcelo contou que também será realizado um estudo de fundamentação sobre que ação pode ser impetrada na Justiça pelos municípios capixabas produtores de petróleo, que vão ser afetados pelo novo modelo de divisão dos royalties, proposto pelo senador Vital do Rêgo, aprovado nesta semana no Senado, e que segue para votação na Câmara, antes da apreciação presidencial.

A apreciação da matéria está prevista para o mês de novembro. Até lá, estados produtores e municípios vão tentar de todas as formas fazer com que o projeto não seja aprovado ou que receba o veto da presidente Dilma Rousseff.

“Somente governo do estado e a mesa da Assembleia podem arguir Ação Direta de Inconstitucionalidade”

Marcelo Santos, deputado estadual

ADRIANO HORTA - 01/08/2011



MARCELO SANTOS disse que é preciso preparar não só o Executivo, mas também a Assembleia, para ter subsídios para recorrer à Justiça

Presidência se cala sobre partilha

ARQUIVO/AT



LULA: preocupação com o governo

A presidente Dilma Rousseff até agora não se posicionou quanto à luta dos estados pelos royalties de petróleo. Apesar das diversas declarações de parlamentares, que defendem que ela e o governo federal deveriam tomar a liderança e atuar com mãos firmes, a Presidente preferiu o silêncio.

A assessoria da Presidente comunicou que oficialmente não há um posicionamento do governo federal nem previsão de quando ela vai falar sobre o assunto — ou se vai falar. Durante esta semana, Dilma esteve em viagem à África e só retornou ao País ontem.

O ex-presidente Lula, que na época em que estava no comando do País se comprometeu a respeitar os royalties dos estados produtores, expressou sua preocupação com a posição de Dilma.

Enquanto candidata à presidência pelo PT, ela reafirmou o compromisso em visita ao Estado, em agosto do ano passado.

A proposta que prevê perda para os estados produtores na divisão dos royalties e na participação especial (tributo pago pela produção de óleo e gás) será votada em novembro na Câmara e depois seguirá para apreciação da Presidente.

CONFIRA ALGUMAS PERDAS

Aracruz

O MUNICÍPIO ARRECADADA:
R\$ 260 MILHÕES



Deste valor, 5% são de royalties:

R\$ 13 MILHÕES

COM ESTE VALOR DÁ PARA FAZER: uma escola de educação infantil por mês para 300 alunos.

São Mateus

O MUNICÍPIO ARRECADADA CERCA DE:
R\$ 156 MILHÕES



Deste valor, 23% são de royalties:

R\$ 36 MILHÕES

COM ESTE VALOR DÁ PARA FAZER: escolas, hospitais e pavimentação de ruas

Vitória

O MUNICÍPIO ARRECADADA:
R\$ 1 BILHÃO



Deste valor, 0,5% são de royalties:

R\$ 5 MILHÕES

COM ESTE VALOR DÁ PARA FAZER: uma escola de educação infantil por ano com a verba dos royalties

Espírito Santo

O ESTADO ARRECADARIA:
R\$ 2,1 BILHÕES



Em 2012, perderia R\$ 525 milhões

R\$ 1,6 BILHÃO

É O QUE VAI RECEBER no próximo ano caso aprovada a proposta do Rêgo

BRIGA PELOS ROYALTIES

Cabral pede a Dilma para vetar projeto

O governador do Rio de Janeiro se mostrou confiante após a conversa com a Presidente e disse acreditar no veto

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, aproveitou o encontro realizado ontem com a presidente Dilma Rousseff para tratar de investimentos no estado fluminense e, na ocasião, pediu o apoio dela na briga pelos royalties de petróleo.

Na última semana, com a apreciação do projeto de lei do senador Vital do Rêgo que redistribui a compensação financeira em todo País, o Senado foi palco de um briga entre estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, e as outras unidades federativas.

Cabral apresentou à Presidente

um estudo feito pelo estado do Rio de Janeiro que mostra qual será o impacto fiscal nas contas do estado e dos municípios.

O levantamento revela que só em 2012 as perdas seriam de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões e que, até 2020, o prejuízo poderia chegar a R\$ 23,8 bilhões.

DADOS

O governador do Rio de Janeiro também mostrou para Dilma que as contas que o senador Rêgo usou para dar base ao projeto de lei substitutivo estariam erradas.

Segundo ele, a produção prevista pelo senador é bem além do que realmente pode ser alcançado.

“O projeto diz que em 2016 teremos entre 5 bilhões e 6 bilhões de barris de petróleo produzidos. Isso é impossível”, disse Cabral.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, disse que, na conversa que teve ontem com Cabral, o governador do Rio disse que Dilma “levou um susto”, com



DILMA se reuniu com o governador Sérgio Cabral, que afirmou que a Presidente se assustou com o que o Rio pode perder

os números. “Ele (Rêgo) superestimou isso na nossa avaliação, e ela (Dilma) também achou isso”, disse Casagrande.

O governador do Rio disse ainda que Dilma teve 70% dos votos no

“Hoje estão tirando do Rio e do Espírito Santo, amanhã vai ser outro Estado”

Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro após reunião com Dilma

Estado no ano passado, mas que deveria vetar a proposta mesmo se só tivesse recebido 10%.

“Hoje estão tirando do Rio e do Espírito Santo, amanhã vai ser outro estado. A presidente Dilma é uma democrata, e eu tenho absoluta confiança que ela vetará essa proposta”, afirmou Cabral.

No próximo dia 26, Cabral se reúne novamente com Dilma, em Brasília, para falar sobre investimentos no Rio, mas o assunto dos royalties deve também ser discutido, visto que em novembro a Câmara vai votar o projeto.

OS NÚMEROS

3,3 bi

de reais é o valor que o Rio de Janeiro pode perder já no próximo ano com a nova partilha dos royalties de petróleo

23,8 bi

de reais é o montante que o Rio de Janeiro pode perder até o ano de 2020 com a nova divisão